



MAURO UTIDA  
mutida@jj.com.br

### Liberdade de Imprensa

Na sessão da Câmara de ontem, o vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) questionou a reportagem do JJ, veiculada como manchete na edição do último domingo (20), sobre os gastos de R\$ 1 milhão ao ano com os salários dos assessores da prefeitura. Vale ressaltar que a mulher do vereador é uma das assessoras e ganha R\$ 10 mil por mês. O vereador foi além e expôs a profissional do JJ. Este fato será levado a conhecimento da Associação Paulista de Jornais e Associação Nacional de Jornais. (A.G.)

### Palestra na Câmara

A Academia Jundiáense de Letras Jurídicas em parceria com a Câmara de Jundiá realiza nesta quinta (24), às 19h, a palestra "Improbidade Administrativa à Luz dos Tribunais Superiores", ministrada pelo Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (STF), Richard Pae Kim. O evento é aberto à população e deve atrair estudantes e advogados. Para o presidente da Academia, Tarcísio Germano de Lemos, o momento é propício para este debate.

### Creches de Louveira

A Câmara de Louveira instaurou uma Comissão Especial de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades nas terceirizações em quatro creches do município. A secretária municipal de Educação, Juliana Euzébio Araújo, prestou esclarecimento aos vereadores na última segunda (21) e defendeu o sistema de terceirização para dar fim às filas de vagas nas creches, que é alvo de uma ação no Ministério Público.

### Eleição no Comdema

A eleição para definir os integrantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) que atuarão no biênio 2017-2019 acontece nesta quarta-feira (23). O Comdema é composto por 20 representantes e no pleito de hoje irá escolher apenas os representantes do sindicato patronal e das associações diversas.

### Dia do Maçom

O Dia do Maçom no Brasil, comemorado no último domingo (20), foi lembrado pela Câmara Municipal de Jundiá, nesta terça-feira (22), que realizou uma homenagem à Associação Maçônica de Jundiá. Diversos membros da maçonaria de Jundiá acompanharam a sessão ordinária do Legislativo.

### Truculência no Centro

O vereador Romildo Antonio da Silva (PR) criticou a ação da fiscalização do comércio, que segundo ele, teria agido com truculência contra um ambulante na rua do Rosário, na tarde desta terça-feira (22). As frutas ficaram todas pelo chão e foram desperdiçadas. O presidente da casa, Gustavo Martinelli (PSDB), afirmou que irá cobrar explicações do gestor da Unidade de Segurança Municipal, o Jacó, sobre a abordagem dos fiscais.

► JUNDIAÍ

## Juiz do Trabalho cancela eleição dos servidores

O juiz da 3ª Vara do Trabalho de Jundiá, Jorge Luiz Souto Maior, cancelou a eleição do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá, que estava prevista para ocorrer nesta terça-feira (22). O magistrado acatou a denúncia do servidor Hélio Gabriel Faria da Silva, que concorre pela Chapa 2, de que houve irregularidades

na formação da comissão eleitoral, formada por cinco membros.

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá, Aparecido Luciani, informou ontem que aguardava a decisão do juiz do Trabalho para entrar com recurso. Segundo ele, os cinco membros eleitos da comissão eleitoral não fazem parte de nenhuma

chapa que concorre ao pleito. O autor da ação, Hélio Gabriel Faria da Silva, argumenta que a formação desta comissão não foi transparente e os membros foram indicados por Luciani.

Três chapas estão inscritas para concorrer ao pleito, que envolve cerca de 4.500 servidores públicos aptos a votar. (Mauro Utida)



SOUTO MAIOR Juiz acatou denúncia sobre irregularidades na comissão eleitoral

► POLÊMICA

Proposta foi apresentada pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e causou muita discussão entre prós e contras ontem

## 'Escola Sem Partido' deve ser analisada pela Câmara

MAURO UTIDA  
mutida@jj.com.br

A Câmara Municipal ficou dividida na noite de ontem entre os favoráveis e os contrários ao projeto sobre a criação do Programa 'Escola Sem Partido', que visa a neutralidade política, ideológica e religiosa dentro das salas de aula. A proposta partiu do Movimento Brasil Livre (MBL) de Jundiá e deverá ser adotada pelo vereador Antonio Carlos Albino (PSB).

O projeto já foi protocolado pelo vereador no departamento jurídico da Câmara para análise da legalidade e constitucionalidade e segue em trâmite. Albino afirma que poderá acrescentar emendas ao projeto dos grupos favoráveis e contra, com quem pretende se reunir nos próximos dias.

Questionado sobre o projeto entrar em pauta sem a realização de audiências públicas, ele afirmou que a opinião destes dois grupos será suficiente. "Nosso objetivo é preservar a neutralidade na sala de aula, a proposta é simples, não sei porque as pessoas



PARTICIPAÇÃO Favoráveis e contrários ao projeto de lei que cria o Programa Escola Sem Partido se manifestaram durante a sessão

criam tanta polêmica sobre o assunto", disse.

Segundo Albino, a maioria dos vereadores da Câmara de Jundiá é a favor do projeto e acredita que não terá grandes dificuldades para aprová-lo assim que receber o parecer favorável do jurídico. Po-

rém, pelas cenas de hostilidade presenciadas pelos dois grupos ontem, durante o pronunciamento dos coordenadores do MBL na Tribuna Livre, a proposta deverá criar muita polêmica no município. "Viemos protestar contra a 'Escola Sem Partido' para

mostrar que esta proposta não tem a unanimidade em nossa sociedade", declara o historiador Felipe Pinheiro.

Ele também lamenta que a Câmara não tenha aberto a tribuna para o grupo contrário se posicionar, visto que as três vagas disponíveis para a

sessão de ontem foram preenchidas por membros do MBL. O coordenador do movimento, Madson Henrique, 30 anos, usou a tribuna para criticar também a questão da orientação sexual. "O professor tem que cumprir seu papel na sala de aula, já a educação é de responsabilidade da família", afirma.

### Proposta no Estado

O Programa Escola Sem Partido no âmbito estadual está tramitando na Assembleia Legislativa desde 2015, por meio do projeto 1301, de autoria do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), que era deputado na época.

Até o momento, 19 Estados brasileiros têm projetos de lei semelhantes segundo levantamento realizado pelo portal Educação e Participação. No último dia 22, o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ao Congresso Nacional nota técnica em que aponta a inconstitucionalidade do projeto de lei que inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional.

► ECONOMIA

## Legislativo aprova IPVA para veículos alugados

A Câmara Municipal aprovou ontem o projeto de lei complementar 1.023, do vereador Antonio Carlos Albino (PSB), que dá o direito de o município fiscalizar o recolhimento do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por parte das empresas de locação de veículos na cidade.

Na justificativa do vereador, ele afirma que o município está perdendo recursos com a falta de fiscalização por parte do Estado. "Há empresas de locação de veículos que, buscando economia no pagamento do imposto, registram e emplacam os automóveis em Estados onde a tributação é menor", afirma.

Segundo Albino, o município necessita de uma legislação que corrija essas distorções e consequentemente aumente a arrecadação.

### Limpeza de terrenos

Outro projeto de lei aprovado pela Câmara, nesta terça (22), foi o 12.291, de auto-

ria do vereador Cristiano Lopes (PSD), que regula a construção de muro e a limpeza de terrenos.

Segundo Cristiano Lopes, o objetivo do projeto não é prejudicar o município, mas criar condições para a prefeitura resolver problemas comuns, como mato alto e entulhos em terrenos abandonados, quando o proprietário não é encontrado. O prazo máximo para execução das obras será de 30 dias.

### Mais projetos

Os vereadores também aprovaram o projeto de lei 12.323, do vereador Cícero Camargo da Silva (PROS), que inclui no calendário municipal de eventos o Dia dos Empregados Domésticos.

Também foi aprovado o de lei 12.151, do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que inclui no calendário de eventos do município o Dia do Skate.

Outros três projetos que estavam na pauta do dia foram adiados.

► VACCAREZZA

## Sergio Moro manda soltar ex-deputado

O juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, determinou, nesta terça (22), a soltura do ex-deputado federal Cândido Vaccarezza, que foi líder do PT na Câmara dos Deputados. O ex-parlamentar terá de entregar seu passaporte e pagar R\$ 1,5 milhão em fiança, no prazo de dez dias. Vaccarezza foi preso na última fase da Operação Lava Jato, acusado de receber pelo menos US\$ 478 mil (cerca de R\$ 1,5 milhão, no câmbio atual) por contratos da Petrobras com a Sargeant Marine, empresa americana que fornecia asfalto à estatal.

Segundo as investigações, o ex-deputado tinha ascendência em negócios da Petrobras ligados à diretoria de Abastecimento, que estava sob influência do PP, e "apadrinhou" 12 contratos de fornecimento de asfalto.

A ordem de Moro contraria o pedido do Ministério Público Federal, que havia solicitado prisão preventiva do po-

lítico - citando, inclusive, a apreensão de R\$ 120 mil em espécie na casa dele.

O juiz levou em consideração, porém, que as provas sobre o envolvimento de Vaccarezza em outros crimes "ainda são limitadas" e que o ex-deputado não foi reeleito em 2014, o que diminuiu sua influência. E ainda que o político está com problema de saúde. O ex-deputado está proibido de exercer cargos públicos ou ter contato com os demais investigados.

O advogado de Vaccarezza, Marcellus Ferreira Pinto, afirmou que a decisão de soltura "não surpreende" e nega que o ex-deputado tenha intermediado as negociações.

"Estamos convictos da inocência de Vaccarezza, que teve seu nome indevidamente incluído nos fatos investigados", afirmou Pinto. Sobre os R\$ 120 mil encontrados na casa do ex-deputado, o defensor afirma que eram de um empréstimo para pagar o tratamento. (Folhapress)

► DISTITAL

## Ministros defendem voto misto

Dois ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) defenderam nesta terça (22) o voto distrital misto e a implementação de cláusula de barreira. Para Alexandre de Moraes, o voto distrital misto pode baratear o pleito.

"O melhor no Brasil nesse momento seria o voto distrital misto, com lista fechada. Como na Alemanha, com cláusula de desempenho", disse.

Segundo ele, foi um erro "adotar o sistema proporcional com coligação partidária sem uma cláusula de desempenho". "No mínimo, deveríamos ter para o ano que vem o fim das coligações proporcionais e cláusula de desempenho", completou.

Ricardo Lewandowski concordou que a cláusula de barreira deve ser repensada.

"Acho que cabe ao Congresso, dentro das balizas que o STF estabeleceu, fazer uma nova cláusula. Não há nada inconstitucional."